

Semântica modal e coerência ideacional no particípio genitivo absoluto grego

DOI: 10.53660/inter-061-sSS02

Fernando Henrique Silva

UECE

 0000-0003-2043-7958

fhenrique.net@gmail.com

Roque Albuquerque

UNILAB

 0000-0001-8565-4668

roadry.albuquerque@gmail.com

Resumo: O particípio genitivo absoluto (PGA) no grego é entendido como oração adverbial com as funções textuais: anáfora, mudança de referente, de cenário e de parágrafo. Argumentamos que essas funções textuais e os usos adverbiais ocorrem por um processo pragmático de inferência que leva em conta a semântica modal do particípio como pressuposição factível, a estrutura morfossintática do particípio genitivo absoluto e o conhecimento do leitor orientando-o na construção da coerência ideacional. Para isso usamos a Linguística Sistemico-Funcional (ALBUQUERQUE, 2020; THOMPSON, 2014) no grego de Atos dos apóstolos (ALAND E ALAND, 2007). Apresentamos a visão morfossintática do PGA como oração adverbial e a textual; depois a semântica modal. Em suma: a semântica e a morfossintaxe do PGA orientam o leitor nas inferências.

Palavras-chave: Particípio genitivo absoluto; semântica modal; coerência ideacional; linguística sistemico-funcional; grego antigo.

INTRODUÇÃO

Neste artigo buscamos explicar o motivo de o particípio genitivo (PGA) absoluto ser usado como oração adverbial e apresentar funções textuais como coesão referencial, mudança de referente, de cenário e de parágrafo. O PGA, morfologicamente, é composto por um verbo no particípio genitivo sem artigo com um pronome ou substantivo como seu sujeito no caso genitivo (BURTON, 1898; DAVIS, 1923; ROBERTSON, 1934; SMYTH, 1956; MOULTON, 1963, LASOR, 1998).

A justificativa do artigo se dá devido ao grande uso dos particípios no grego koiné, cuja importância pode ser evidenciada assim: “entender a sintaxe dos particípios é entender a sintaxe grega” (WALLACE, 2009, p.613). No koiné, o PGA é usado com bastante frequência. Outra justificativa é que o uso da linguística moderna tem dado contribuições significativas para a compreensão do grego bíblico; em particular, os estudos em Linguística Sistêmico-Funcional.

Como alvo geral, intenciona-se apresentar como os gramáticos tradicionais compreendiam o genitivo absoluto do ponto de vista morfossintáticos. Para isto, a pesquisa usa a metodologia qualitativa, tentando expor como aqueles estudiosos, no que diz respeito à metodologia e posicionamento sobre o tema, entendem o PGA. Outro objetivo geral é apresentar a visão textual, que descreve o PGA como coesão textual com essas funções: anáfora, mudança de cenário (temporal ou espacial), de referente e de parágrafo e plano de fundo priorizando a oração principal (RUNGE, 2011; LEVINSOHN, 2000, 1987; HAELEY E HAELEY, 1990).

O PARTICÍPIO GENITIVO ABSOLUTO EM GRAMÁTICAS TRADICIONAIS DO KOINÉ

Por gramática tradicional, se quer dizer, neste artigo, aquela que apresenta uma destas características. Primeira, uma visão filológica da língua partindo de descrição comparativa entre línguas. Segunda, uma visão estruturalista considerando as relações sintagmáticas no nível da relação entre as orações (complexo oracional). Terceira, a compreensão do particípio como indicador de circunstância (temporal, causal, consecutiva, condicional etc) por razões do contexto. Em suma, essa visão de gramática descreve o particípio do ponto de vista morfossintático e das suas relações lógico-semânticas (tempo, espaço, condição etc.) com a oração principal.

Em *A grammar of the Greek New Testament on the light of historical research*, o particípio é tratado da perspectiva diacrônica, sendo descrito no sânscrito e passando pelos gregos homérico, ático, koiné e moderno. Ele é uma forma verbal infinita, o que se quer dizer com isso é que o particípio não gramaticaliza pessoa. Além do mais, apresenta tanto características verbais como adjetivais e mesmo nos usos verbais, o aspecto adjetival permanece (ROBERTSON, 1934).

Robertson (1934) afirma ainda que o particípio como adjetivo pode ser atributivo, predicativo, substantival e adverbial¹. Como verbo, o particípio pode ser: 1) suplementar/complementar – ele é usado para completar o sentido de um verbo e 2) adverbial – como uma declaração adicional que não forma nenhuma parte essencial com a oração principal². Quanto à ideia adverbial do particípio, ele declara:

Nele mesmo, deve ser distintamente notado que o particípio não expressa tempo, modo, causa, finalidade, condição ou concessão. Estas ideias não estão no particípio, mas são meramente sugeridas pelo contexto ou ocasionalmente por uma partícula como [ἅμα, ἐθὺς, καίπερ, πότε, νῦν, ὥς]. Não há necessidade para usar o particípio circunstancial. Se ele quiser uma nota precisa de tempo, causa, condição, finalidade, etc., várias orações subordinadas (e o infinitivo) estão ao seu dispor, além das orações coordenadas (ROBERTSON, 1934, p.1024).

Este gramático compreende bem que o particípio, na sua semântica, não expressa qualquer relação adverbial, antes é o seu uso no contexto que traz essas nuances, ou seja, a pragmática. Outra observação desta declaração é que o autor nota o uso de apontadores adverbiais, os dêiticos ou mesmo uma oração adverbial propriamente dita para estabelecer as relações circunstanciais.

Outra obra significativa é *Grammar of the New Testament and other Christian literature* de Friedrich Blass, professor de filologia clássica, e Albert Debrunner, professor de Indo-europeu e filologia clássica, sendo traduzida por Funk para o inglês. Basicamente, a abordagem desta gramática segue a linha diacrônica, o que é dito no prefácio:

Debrunner foi ainda mais além na direção de um tratamento completo que liga o NT também com a LXX, os pais apostólicos, a apócrifa do

¹ Robertson parece não fazer uma distinção entre particípio adverbial e circunstancial; todavia, parece não estar muito bem clara tal distinção. Ele afirma: “É verdadeiro que logicamente uma sorte de relações adverbiais podem surtir efeito, uma adição adverbial a sentença. Mas não ajuda muito do ponto de vista sintático insistir sobre este fato na exposição do particípio circunstancial. Quanto à forma do particípio circunstancial é ainda adjetival. A noção adverbial é inferência e puramente lógica” (ROBERTSON, 1934, p.1109, 1110).

² Esta definição dada por Robertson diz respeito à diferença entre o particípio adverbial e o suplementar.

NT, os papiros e inscrições, bem como o grego medieval e moderno (FUNK; BLASS; DEBRUNNER, 1961, p.7).

Consoante Funk et al., (1961, p.7), ainda no prefácio, isso se dá pelo fato de “a convicção de Blass que o isolamento do NT do tratamento do seu cenário histórico é prejudicial para o seu entendimento que foi plenamente partilhada por Debrunner”. Em outros termos, para os autores dessa gramática, o entendimento do grego koiné só é possível por meio da compreensão do uso da língua nos seus outros estágios históricos. Esse pensamento é divergente do que se pensa atualmente em linguística. No que diz respeito ao participípio adverbial³, é declarado o seguinte:

Como uma oração adicional na sentença é ainda muito comum, especialmente em pequenas narrativas [parábolas]; 2) caso se referira a um nome (pronomes) na mesma sentença e em acordo com ela (participípio conjuntivo) ou usado absolutamente; 3) como genitivo absoluto, o sujeito e o participípio estão no genitivo; a relação lógica do participípio circunstancial com o resto da oração não é expressa pelo participípio em si, mas é deduzida pelo contexto e isso pode ser claro, entretanto, pela adição de certas partículas; por fim, 4) outras mais extensas; todavia, mais precisas construções são disponíveis para o mesmo propósito: frase preposicional, condição, causa, tempo, etc, e finalmente coordenação gramatical de dois ou mais verbos (FUNK; BLASS; DEBRUNNER, 1961, p.215).

O PGA é um participípio adverbial (circunstancial) em que as relações lógico-semânticas (por exemplo, tempo, espaço, consequência e afins) são sinalizadas por pistas contextuais a partir de inferências pragmáticas realizadas pelo leitor. Há outras formas de se indicar essas relações adverbiais como os dêiticos. Concernente ao PGA, especificamente, afirma-se:

[Ele] é limitado no uso clássico normal nas sentenças, onde o nome ou pronome ao qual o participípio se refere, não aparecem como sujeito ou em nenhuma outra capacidade; 2) o genitivo absoluto é usado enquanto se refere ao dativo seguinte; 3) enquanto se refere a um acusativo que segue com ou sem preposição; 4) ao referir-se a um genitivo que segue de modo que o pronome se torna pleonástico; 5) ao referir-se a um difícil e ao mesmo tempo caso raro onde o ‘antecedente’ segue como sujeito; 6) o genitivo absoluto com referência a uma palavra precedente é ainda mais intrigante; 7) a omissão de um nome ou pronome ao qual o participípio se refere é admissível no NT como também no clássico (FUNK; DEBRUNNER; BLASS, 1961, p.218).

Como se nota no primeiro ponto e em outras citações de Funk, Debrunner e Blass, estes abordam o grego do NT da perspectiva diacrônica. Outro destaque nas observações

³ Esta gramática não faz distinção entre participípio adverbial e participípio de circunstância atendente.

destes gramáticos é que eles percebem que o GA pode ter um referente em outra oração em um caso diferente (e.g, acusativo, dativo, genitivo) como se vê nos pontos 5 e 6.

Ao tratar em *Gramática grega: uma sintaxe exegética do novo testamento*, já na introdução, Wallace (2009) lança os seus pressupostos. Eles serão sintetizados a seguir: 1) dados básicos suficientes; 2) situação semântica de exemplos incontestáveis; 3) significado não-afetado e significado afetado; 4) prioridade sincrônica; 5) prioridade estrutural; 6) natureza críptica da linguagem; 7) probabilidade e possibilidade e, por fim, 8) descrição e realidade.

Wallace merece destaque nesta obra, pois ele trabalha sua gramática com pressupostos bem estabelecidos. Também por que ele se vale dos pressupostos que têm sido abordados pelos linguistas contemporâneos, de modo geral. Em particular, é necessário destacar as diferenças entre significado não-afetado e afetado⁴, que na linguística são chamados, respectivamente de semântica e pragmática.

Outro ponto forte de Wallace é analisar o grego da visão sincrônica, que na sua própria gramática ele desenvolve mais, explicando-a. Ele também faz uma abordagem diacrônica para situar o leitor na história da língua grega.

Feitas tais considerações, a partir de agora, serão tratados os participípios, de modo geral, na visão de Wallace e posteriormente, o participípio genitivo absoluto. Ele mostra três razões pelas quais os participípios são difíceis de serem compreendidos: 1) o uso, pois podem ser um substantivo, um adjetivo ou um advérbio; 2) a ordem das palavras, visto que eles podem estar tanto no início de uma oração quanto em outra posição e 3) a localização da oração principal (WALLACE, 2009).

O participípio é adjetivo verbal. Como verbo, o participípio tem tempo, voz e aspecto; como adjetivo, possui gênero, número e caso. Os participípios verbais são dependentes (subordinados) ou independentes (principais). Dentre os dependentes está o participípio adverbial⁵ ou circunstancial, que é subordinado gramaticalmente a seu verbo principal (WALLACE, 2009).

⁴ “Não-afetado é o significado de uma construção em um vácuo – a par de intrusões contextuais, lexicais ou outras. Afetado é o significado da construção no seu ambiente – i.e, vida real” (WALLACE, 2009, p.2).

⁵ Wallace faz uma diferença entre participípio adverbial e de circunstância atendente, de forma a considerar válido o participípio de circunstância atendente (PCA). Para ele, tal participípio expressa uma ideia de coordenação com a oração principal; todavia, ele entende que o PCA é sempre dependente da oração principal e nunca fica sozinho. O PCA deriva seu modo não da sintaxe, mas da semântica da oração principal. Para Wallace, algumas compreensões equivocadas do PCA se dão por traduções não tão boas. Este gramático aponta estas características para se identificar o PCA: o tempo do participípio é normalmente aoristo bem como o da oração principal; o modo da oração principal é usualmente imperativo ou indicativo; o participípio precederá a oração principal tanto em ordem quanto em evento (WALLACE, 2009).

Como termo subordinado, o participio adverbial não é o destaque no período. Este tipo de participio tem funções lógicas: temporal, maneira, modal, causal, condicional, concessiva, final e consecutiva, embora deve ser enfatizado que o participio em si mesmo não significa nenhuma dessas ideias (WALLACE, 2009).

O que Wallace parece dizer, então, é que não faz parte da semântica do participio (significado a-contextual nos seus termos) indicar quaisquer umas das relações adverbiais citadas acima; antes, é o contexto que mostra estas relações subordinadas. É também observado por este gramático que a análise dos participios precisa ser feita levando em consideração o contexto.

Quanto ao PGA, ele é dividido de modo estrutural e semântico. Estruturalmente, o PGA é visto como: 1) um substantivo ou pronome no caso genitivo (embora, às vezes, esteja ausente); 2) um participio genitivo *anarthro*⁶ (sempre); 3) uma construção inteira à frente de uma oração normalmente (WALLACE, 2009).

Semanticamente, o PGA é dividido em: 1) essa construção não está conectada com o resto da oração (i.e., seu sujeito – o substantivo ou pronome genitivo – é diferente do sujeito da oração principal; 2) o participio é sempre adverbial, ou pelo menos dependente verbal (i.e, não pode ser participio adjetival ou substantivado); 3) o participio normalmente é (aproximadamente 90% das vezes) temporal, entretanto, pode expressar quaisquer ideias adverbiais em ocasião (WALLACE, 2009).

Algumas observações do que foi dito por Wallace: 1) Wallace parte da análise do contexto para compreender os participios; 2) para ele, o que dá a entender é que o PGA, na sua semântica, é adverbial e, predominantemente, temporal e 3) o PGA pode expressar qualquer outra função adverbial além da noção temporal, uma vez que é um participio adverbial.

Resumindo o que foi visto até aqui, pode-se concluir que o participio não expressa relações temporais na sua semântica. Antes, são questões pragmáticas como o contexto da situação e os dêiticos que orientam nas relações lógicas. Essa abordagem tradicional se limita a descrever o PGA em termos morfossintáticos usado, contextualmente, como oração subordinada adverbial na relação com a oração principal. Porém, se relações lógicas adverbiais não são a semântica do PGA, qual é sua função? Outra pergunta que fica é qual a motivação de o PGA ser usado como oração adverbial, uma vez que, no grego, existem conjunções subordinada indicadores de relações adverbiais?

⁶ Por *anarthro* se quer dizer sem artigo.

Consideramos essas perguntas, objetivamos argumentar que essas nuances adverbiais do particípio se dão por um processo pragmático de inferência que leva em conta a semântica modal do particípio como pressuposição factível (modulação), que, com elementos morfossintáticos, orienta o leitor a inferência do particípio genitivo absoluto como particípio adverbial. Mas antes disso, vamos apresentar uma visão textual sobre o PGA entendendo este como elemento de coesão.

AS FUNÇÕES TEXTUAIS DO PARTICÍPIO GENITIVO ABSOLUTO

As funções do PGA são sintetizadas assim: 1) mudança de referente (*switch reference*) – indicar mudança de sujeito em relação à oração principal; 2) mudança de cenário – indicar um cenário de tempo, local ou situação, quando no início de um parágrafo⁷; 3) referência anafórica (*back reference*) quando dentro do parágrafo e 4) dupla função: cenário e referência anafórica ao mesmo tempo (HAELEY E HAELEY, 1990; LEVINSOHN, 1987).

Como mudança de referente, o particípio genitivo absoluto terá um sujeito gramatical, ao passo que a oração principal seguinte tem outro sujeito gramatical.

(1) ἠγέρθη δὲ Σαῦλος ἀπὸ τῆς γῆς, ἀνεωγμένων δὲ τῶν ὀφθαλμῶν⁸ αὐτοῦ οὐδὲν ἔβλεπεν. (Atos 9.8)⁹

Saulo foi levantado da terra e, *abrindo os seus olhos*, nada enxergava.

Na tradução, o substantivo olhos está funcionando como objeto direto (acusativo) do verbo abrir no particípio genitivo (ἀνεωγμένων) que tem como sujeito (nominativo) Saulo. Com isso, não se nota a função de mudança de referência. Mas ao observar-se o texto grego, é nítido que há uma distinção de sujeitos entre a oração principal e o genitivo absoluto, pois τῶν ὀφθαλμῶν αὐτοῦ (os seus olhos) é o sujeito de ἀνεωγμένων (abrindo).

(2) Ἦκουον δὲ αὐτοῦ ἄχρι τούτου τοῦ λόγου καὶ ἐπῆραν τὴν φωνὴν αὐτῶν λέγοντες· αἶρε ἀπὸ τῆς γῆς τὸν τοιοῦτον, οὐ γὰρ καθῆκεν αὐτὸν ζῆν. κραυγαζόντων τε αὐτῶν καὶ ῥιπτούντων τὰ ἱμάτια καὶ κονιορτὸν βαλλόντων εἰς τὸν ἀέρα, ἐκέλευσεν ὁ χιλιάρχος

⁷ “Um parágrafo é uma série de sentenças, cada qual tem uma função gramatical dentro do parágrafo” (HAELEY e HAELEY, 1990, p. 226). Com base nas visões sobre parágrafo de Halliday e de Longrace, Porter (1994, p.180-182) descreve as seguintes características, tanto funcionais com formais, de um parágrafo: 1) conjunções e partículas (início ou fim), referentes espaciais e temporais; 2) coesão e segmentação de modo que constituem unidades; 3) participantes, pronomes e anáforas; 4) ordem das palavras e referencial distante; 5) mudança de tópicos, que é estabelecida pelo uso de palavras de um domínio semântico específico; 6) Tema, sendo que o tópico de um parágrafo não é necessariamente o foco temático e 7) tipos literários de texto – narrativa ou exposição, por exemplo.

⁸ Em itálico, destacamos o particípio genitivo absoluto.

⁹ A referência se inicia com o nome do livro (por exemplo, Atos) seguido do capítulo e do versículo.

εισάγεσθαι αὐτὸν εἰς τὴν παρεμβολήν, εἶπας μάλιστα ἀνετάζεσθαι αὐτὸν ἵνα ἐπιγνῶ δι' ἣν αἰτίαν οὕτως ἐπεφώνουν αὐτῷ. (Atos 22.22-24)

Ouviam-no até esse discurso e levantaram a voz dizendo: Tira da terra este homem, porque não era conveniente viver. *Ora, gritando eles, jogando as suas capas, lançando poeira aos ares*, ordenou o comandante que ele fosse recolhido à fortaleza e que, sob açoite, fosse interrogado para saber o motivo pelo qual assim clamavam contra ele.

Os genitivos absolutos têm como sujeito o pronome αὐτῶν, enquanto a oração principal ἐκέλευσεν tem como sujeito ὁ χιλίαρχος. Além disso, os genitivos absolutos reiteram a oração principal anterior “e, então, gritaram, dizendo”. O PGA, por vir antes da oração principal, apresenta informação de plano de fundo que destacam a reação do comandante perante a revolta com Paulo. A repetição serve para diminuir o fluxo da narrativa e destacar o que virá seguinte como algo de maior proeminência, uma vez que a repetição em si não é necessária, pois uma antiga informação apenas está sendo reintroduzida (RUNGE, 2011).

Quanto a ser usado como indicador de novo cenário, Haeley e Haeley (1990) destacam que a função de situacionalidade apresenta os seguintes usos: 1) expressar uma nova informação plano de fundo circunstancial (de lugar, tempo ou situação); 2) exercer coesão e 3) marcar um limite entre parágrafos.

(3) *Ἡμέρας δὲ γενομένης ἀπέστειλαν οἱ στρατηγοὶ τοὺς ῥαβδούχους λέγοντες· ἀπόλυσον τοὺς ἀνθρώπους ἐκείνους.* (Atos 16.35)

Vindo o dia, os pretores enviaram oficiais de justiça, com a seguinte ordem: Liberta aqueles homens.

O advérbio dêitico Ἡμέρας (dia) ajuda a marcar uma ideia temporal. Junto com o verbo no particípio γενομένης (vindo) forma um PGA. Para Runge (2011, p. 31), o uso de δὲ “representa a escolha do autor de explicitamente sinalizar que o que segue é um novo, desenvolvimento distinto na história ou argumento”. O uso de δὲ, em Atos, marca “algo distinto e um novo passo ou desenvolvimento na história ou argumento do autor” (LEVINSOHN, 2000, p.72). Em outras palavras, serve para mostrar certa descontinuidade. O parágrafo geralmente tem essa tendência. Por sua vez, o uso do PGA neste ponto contribui para marcar uma nova cena temporal. É necessário notar que em certos casos, mesmo com o uso de δὲ, o parágrafo pode não marcar descontinuidade. Essa continuidade se apresenta quando o PGA é usado tanto como marcador de cenário quanto como referência anafórica. Nessas situações, o PGA tem dupla função como será vista adiante.

(4) Ἐν δὲ τῇ μιᾷ τῶν σαββάτων συνηγμένων ἡμῶν κλάσαι ἄρτον, ὁ Παῦλος διελέγετο αὐτοῖς μέλλων ἐξιέναι τῇ ἐπαύριον, παρέτεινέν τε τὸν λόγον μέχρι μεσονυκτίου. (Atos 20.7)

No primeiro dia da semana, reunindo-nos com o fim de partir o pão, Paulo, que seguia viagem no dia imediato, exortava-os e prolongou o discurso até à meia-noite.

É necessário notar que o PGA é acompanhado com o dêitico Ἐν δὲ τῇ μιᾷ τῶν σαββάτων (no primeiro dia da semana) marca circunstância temporal. O PGA por preceder a oração principal funciona como instrumento não somente para apresentar um novo cenário, mas também para priorizar a oração principal. Sua informação semântica apresenta o conteúdo de plano de fundo para o destaque da ação. Novamente o uso de δὲ se apresenta marcando um novo desenvolvimento no discurso de Atos. Logo, o GA acompanhado de δὲ marcam um cenário, no caso, temporal por causa do GA.

(5) Γενομένης δὲ ἡμέρας ποιήσαντες συστροφὴν οἱ Ἰουδαῖοι ἀνεθεμάτισαν ἑαυτοὺς λέγοντες μήτε φαγεῖν μήτε πιεῖν ἕως οὗ ἀποκτείνωσιν τὸν Παῦλον. (Atos 23.12)

Amanhecendo o dia, os judeus se reuniram e, sob anátema, juraram que não haviam de comer, nem beber, enquanto não matassem Paulo.

O PGA mostra um novo cenário temporal sendo usado para expressar um ponto no tempo em que um evento ocorreu conforme. Nota-se de novo tanto o dêitico temporal ἡμέρας (dia) quanto o marcador de um novo desenvolvimento, δὲ.

Já a função discursiva de referente anafórico (*back reference*) busca “conectar orações tanto quanto o fazem as conjunções, embora a função anafórica carregue mais informação” (HAELEY e HAELEY, 1990, p. 227). Por ser uma oração, a tendência, ao se comparar com o papel das conjunções, é que o PGA apresente mais informações semânticas gramaticalizadas no verbo no particípio. Essas informações transmitidas pelo PGA, quando precedem a oração principal, são informações plano de fundo segundo se tem abordado até agora.

Runge (2011) considera que a função de anáfora serve para diminuir o fluxo da narrativa, já que é uma repetição. Fazendo isso, tal função é utilizada como um mecanismo para enfatizar a oração principal.

(6) Λειτουργούντων δὲ αὐτῶν τῷ κυρίῳ καὶ νηστευόντων εἶπεν τὸ πνεῦμα τὸ ἅγιον· ἀφορίσατε δὴ μοι τὸν Βαρναβᾶν καὶ Σαῦλον εἰς τὸ ἔργον ὃ προσκέκλημαι αὐτούς. (Atos 13.2)

E, servindo eles ao Senhor e jejuando, disse o Espírito Santo: Separai-me Barnabé e Saulo para a obra a que os tenho chamado.

Os dois genitivos absolutos λειτουργούντων e νηστευόντων são usados como anáfora, repetindo a ideia do serviço que os discípulos prestavam na igreja. Além disso, o PGA é usado com informação plano de fundo enfatizando a manifestação do Espírito, uma vez que εἶπεν τὸ πνεῦμα τὸ ἅγιον é a oração principal. O ponto de destaque é o que o Espírito vai dizer.

(7) τοῦτο δὲ αὐτοῦ εἰπόντος ἐγένετο στάσις τῶν Φαρισαίων καὶ Σαδδουκαίων καὶ ἐσχίσθη τὸ πλῆθος. Σαδδουκαῖοι μὲν γὰρ λέγουσιν μὴ εἶναι ἀνάστασιν μήτε ἄγγελον μήτε πνεῦμα, Φαρισαῖοι δὲ ὁμολογοῦσιν τὰ ἀμώτερα. ἐγένετο δὲ κραυγὴ μεγάλη, καὶ ἀναστάντες τινὲς τῶν γραμματέων τοῦ μέρους τῶν Φαρισαίων διεμάχοντο λέγοντες· οὐδὲν κακὸν εὐρίσκομεν ἐν τῷ ἀνθρώπῳ τούτῳ· εἰ δὲ πνεῦμα ἐλάλησεν αὐτῷ ἢ ἄγγελος; Πολλῆς δὲ γινομένης στάσεως φοβηθεὶς ὁ χιλιάρχος μὴ διασπασθῆ ὁ Παῦλος ὑπ' αὐτῶν ἐκέλευσεν τὸ στράτευμα καταβᾶν ἀρπάσαι αὐτὸν ἐκ μέσου αὐτῶν ἄγειν τε εἰς τὴν παρεμβολήν. (Atos 23.7-10)

Dizendo estas palavras, levantou-se grande dissensão entre fariseus e saduceus, e a multidão foi dividida, pois, por um lado, os saduceus declaram não haver ressurreição, nem anjo, nem espírito; por outro lado, os fariseus admitem todas essas coisas. Houve, pois, grande voz. E, levantando-se alguns escribas dos fariseus, contendiam dizendo: Não achamos neste homem mal algum; e será que algum espírito ou anjo lhe tenha falado? *Tomando vulto a questão*, temendo o comandante que fosse Paulo espedaçado por eles, mandou descer a guarda afim de retirá-lo dali e levá-lo à fortaleza.

Há dois genitivos absolutos. O primeiro τοῦτο δὲ αὐτοῦ εἰπόντος (*dizendo estas palavras*) e o segundo πολλῆς δὲ γινομένης στάσεως (*tomando vulto a questão*), funcionando ambos como anáfora. No primeiro, o escritor faz uma reiteração do que Paulo fala de modo sintetizado, lançando destaque para a consequência do discurso do apóstolo sobre a ressurreição, que modo que a dissensão se levanta entre fariseus e saduceus no que concerne à ressurreição dos mortos. Como elemento de coesão, o PGA liga o discurso de Paulo com a discussão levantada entre os judeus de seitas diferentes.

No segundo, o PGA, como referente anafórico, retoma a dissensão entre fariseus e saduceus encapsulando-a, mas agora, como elemento de coesão para ligar a discussão intensificada com a atitude do comandante de preservar a vida de Paulo.

(8) ἐκτεθέντος δὲ αὐτοῦ ἀνείλατο αὐτὸν ἡ θυγάτηρ Φαραὼ καὶ ἀνεθρέψατο αὐτὸν ἑαυτῇ εἰς υἰόν. (Atos 7.21)

Havendo sua exposição, a filha de Faraó o recolheu e criou como seu próprio filho.

O PGA como referente anafórico faz um contraste com a informação anterior. O menino outrora mantido (ocultado) é manifestado. O PGA ajuda a manter a coesão entre as orações de modo a manter a coerência do discurso. Nota-se que o PGA se encontra antes da oração principal, fazendo com que esta seja enfatizada.

(9) Ὡς δὲ ἐν ἑαυτῷ διηπόρει ὁ Πέτρος τί ἂν εἴη τὸ ὄραμα ὃ εἶδεν, ἰδοὺ οἱ ἄνδρες οἱ ἀπεσταλμένοι ὑπὸ τοῦ Κορνηλίου διερωτήσαντες τὴν οἰκίαν τοῦ Σίμωνος ἐπέστησαν ἐπὶ τὸν πυλῶνα. Τοῦ δὲ Πέτρου διενθυμουμένου περὶ τοῦ ὀράματος εἶπεν [αὐτῷ] τὸ πνεῦμα· ἰδοὺ ἄνδρες τρεῖς ζητοῦντές σε. (Atos 10.17-19)

Enquanto Pedro ficava perplexo sobre qual seria o significado da visão, eis que os homens enviados de Cornélio, perguntando pela casa de Simão, pararam junto à porta; *Meditando Pedro acerca da visão*, disse-lhe o Espírito: Estão aí dois homens te procurando.

O PGA atua como cabeça-calda (*tail-head*) fazendo a repetição da visão que deixou Pedro perplexo. Visto ser precedido da oração principal, o PGA é uma informação plano de fundo reiterando a informação anterior e ligando com a informação seguinte da oração principal posposta ao PGA.

Por fim, o PGA pode exercer duas funções ao mesmo podendo como introdução à novo cenário e referência anafórica, exemplificados em (10), (11), (12) e (13) a seguir. (10) Κρατοῦντος δὲ αὐτοῦ τὸν Πέτρον καὶ τὸν Ἰωάννην συνέδραμεν πᾶς ὁ λαὸς πρὸς αὐτοὺς ἐπὶ τῇ στοᾷ τῇ καλουμένη Σολομῶντος ἔκθαμβοι. (Atos 3.11)

Apegando-se ele a Pedro e a João, todo o povo correu atônito para junto deles no pórtico chamado de Salomão.

O PGA repete o referente, o homem curado pelos apóstolos do parágrafo anterior, sendo assim referência anafórica. Como anáfora, o escritor faz uma ligação entre o evento anterior, a saber, a cura do coxo, com o discurso dos apóstolos. Além disso, uma vez que está no início do parágrafo, marcando uma mudança de situação.

A nova situação, tendo ligação com a cura do coxo de nascença, é a pregação do evangelho por parte de Pedro e João. Portanto, por meio do PGA, o escritor consegue ligar os eventos e apontar para outra situação ao mesmo tempo. Dessa forma, o PGA mantém coesão entre os eventos e coerência entre a pregação do evangelho acompanhada por milagres.

(11) Λαλούντων δὲ αὐτῶν πρὸς τὸν λαὸν ἐπέστησαν αὐτοῖς οἱ ἱερεῖς καὶ ὁ στρατηγὸς τοῦ ἱεροῦ καὶ οἱ Σαδδουκαῖοι [...]. (Atos 4.1)

Falando eles ainda ao povo, sobrevieram os sacerdotes, o capitão do templo e os saduceus.

Já que o PGA precede a oração principal, ele é plano de fundo, i.e, é uma informação de importância secundária em relação à oração principal (ALBUQUERQUE, 2020; LEVINSOHN, 2000). Em outras palavras, o texto está dando prioridade para os outros participantes do discurso, os sacerdotes, o capitão do templo e os saduceus. O PGA reitera o discurso dos apóstolos e introduz ao mesmo tempo uma nova situação, a oposição ao evangelho. Como elemento de coesão, o GA liga a pregação do evangelho com a perseguição por parte dos opositores.

(12) *Τῇ δὲ ἐπαύριον, ὁδοιπορούντων ἐκείνων καὶ τῇ πόλει ἐγγιζόντων, ἀνέβη Πέτρος ἐπὶ τὸ δῶμα προσεύξασθαι περὶ ὥραν ἕκτην.* (Atos 10.9)

No dia seguinte, indo eles de caminho e estando já perto da cidade, subiu Pedro ao eirado, por volta da hora sexta, a fim de orar.

O GA aqui é usado para marcar uma nova situação temporal. O dêitico temporal *Τῇ δὲ ἐπαύριον* funciona aqui como frase adverbial, marcando o evento temporalmente (LEVINSOHN, 1987). O PGA é usado como *back reference* por repetir os participantes anteriores da ação, os mensageiros de Cornélio. Visto que o PGA precede a oração principal, ele está dando destaque a esta. O escritor, usando o PGA, liga a ordem do anjo de mandar mensageiros para Pedro com a nova situação, na qual que o apóstolo é o foco.

(13) *Ἐπι λαλοῦντος τοῦ Πέτρου τὰ ῥήματα ταῦτα ἐπέπεσεν τὸ πνεῦμα τὸ ἅγιον ἐπὶ πάντας τοὺς ἀκούοντας τὸν λόγον.* (Atos 10.44)

Ainda Pedro falando estas coisas, caiu o Espírito Santo sobre todos os que ouviam a palavra.

O PGA está precedendo a oração principal, sendo, portanto, uma informação de plano de fundo. Mas a proeminência do texto reside na oração que fala da ação do Espírito sobre os que ouviram a palavra. A temporalidade se marca também pelo uso de Ἐπι. Como elemento coesivo, o PGA serve para ligar a pregação da palavra pelo apóstolo com a descida do Espírito. A coesão é ainda mais forte pelo uso anafórico de *τὰ ῥήματα ταῦτα* (estas palavras), encapsulando o discurso anterior de Pedro. Portanto, apresenta uma mudança de situação temporal, destacando novamente a manifestação do Espírito após a pregação do apóstolo, mas também a mostra a coesão, que se mantém por causa do uso do GA como referência anafórica.

A SEMÂNTICA MODAL DO PARTICÍPIO

Do que foi sintetizado na primeira parte, o que se observa é uma preocupação em compreender a morfossintaxe do particípio, sem uma atenção à sua semântica. Uma

possível explicação para isso seja que o desenvolvimento dos estudos semânticos se dá tempos depois, o que justifica orientação filológica ou estruturalista cujo objeto de análise são as relações sintagmáticas.

Já na segunda seção, o PGA foi analisado sob perspectiva textual descrevendo-o como coesão, o que se explica pelo desenvolvimento de abordagens do significado do texto. Com o desenvolvimento de abordagens funcionalistas, surgem preocupações mais acentuadas com o estudo do significado. Dentre elas, pode-se destacar a Linguística Sistêmico-Funcional, à qual o significado é visto em termos de três metafunções. A ideacional trata das marcas cognitivas do significado, a construção do significado na mente do sujeito, o que este deseja marcar como asserção ou pressuposição, por exemplo. A interpessoal encara o significado como interação entre os participantes e suas funções sociais. Por fim, a textual, que organiza as anteriores.

Com base no significado como metafunção ideacional, a semântica do particípio grego é desenvolvida como pressuposição factível (ALBUQUERQUE, 2020). Além disso, a descrição semântica do particípio leva em conta sua função comunicativa na relação com os modos (infinitivo, indicativo, imperativo, subjuntivo e optativo) numa relação funcional¹⁰, considerando que: 1) escolha implica significado; 2) a distinção entre modo, modalidade e modulação e 3) a distinção entre semântica e pragmática (ALBUQUERQUE, 2020).

O pressuposto da escolha que implica em significado, usando os modos verbais gregos assim segue: “se um escritor escolhe usar o particípio para descrever uma ação, ele, ao mesmo tempo, escolheu não usar um indicativo ou outro verbo finito” (RUNGE, 2011, p.3). Num sistema de escolhas como particípio e indicativo, ao optar por um em detrimento do outro, o autor está mostrando um alvo na comunicação. Os particípios, de modo geral, exercem a função de priorizar a ação da oração principal (ALBUQUERQUE, 2020). Nesse caso, o escritor está indicando o que ele deseja lançar como proeminente.

A razão do particípio ser usado para priorizar a oração principal se dá porque sua semântica é pressuposição factível: um plano de fundo comum entre leitor/ouvinte e um escritor/falante, convidando o leitor/ouvinte a participar da construção do significado

¹⁰ Por funcional, entende-se: “1) a língua é definida como um instrumento de interação social; 2) a função principal de uma língua é a comunicação; 3) a competência comunicativa primária da língua no seu uso em ambientes reais e sociais e 4) a pragmática é a categoria primordial que abrange semântica e sintaxe” (DECKER, 2001, p.14).

(ALBUQUERQUE, 2020). Em virtude disso, o participio é uma metafunção ideacional de chamar a atenção do leitor a um ponto proeminente.

Além disso, no sistema modal grego é categorizado em termos de modo, modalidade e modulação, em que, por um lado, o indicativo é o modo propriamente dito da asserção; por outro lado, imperativo, subjuntivo e optativo residem na modalidade. Já o infinitivo e o participio entram na categoria modulação, em que não é feita nenhuma asserção, por essa razão, o participio é semanticamente categorizado como pressuposição factível; ou seja: seu uso busca chamar a atenção do leitor a concordar com a proposição (ALBUQUERQUE, 2020).

Embora a distinção entre semântica e pragmática possa ser considerada um tanto arbitrária, ela é feita por razões metodológicas para descrição abstrata da semântica do participio. Por essa distinção metodológica, fica claro que as funções morfossintáticas do participio (por exemplo, temporal, causal, condicional etc.) se dão por outros fatores, dentre os quais a semântica do participio como pressuposição factível. Com essa distinção, procura-se delimitar a semântica do participio como pressuposição factível na categoria de modulação.

Textualmente, o PGA indica mudança de referente, mudança de cenário (temporal ou espacial) e mudança de parágrafo e anáfora. Argumentamos a seguir que todas essas funções textuais são motivadas pela função ideacional do participio, que orienta o leitor na coerência. A coesão diz respeito aos recursos linguísticos pelos quais o falante/escritor sinaliza ao ouvinte/leitor a coerência ideacional e interpessoal, ao passo que a coerência está na mente do escritor e leitor não podendo ser identificada ou quantificada como é o caso da coesão (THOMPSON, 2014).

Quanto à mudança de referente, esta não pode ser entendida somente como fator de coesão, visto que a construção PGA é usada como pista para se referir ao que foi dito anteriormente, exigindo que o leitor faça a inferência de que o PGA encapsula o conteúdo anterior. Por ser pressuposição factível, o PGA convoca o leitor a remeter ao contexto anterior e relacioná-lo com a oração principal que segue após o PGA. Assim a construção participio genitivo absoluto serve de pista ao ouvinte/leitor para a coerência ideacional.

Quanto à referência anafórica, o participio encapsula as informações anteriores funcionando na mente do leitor para a construção da coerência ideacional ajudando o leitor a acessar essas informações; por essa razão, como pressuposição factível, o PGA orienta o leitor na inferência para perceber um novo parágrafo. Sendo pressuposição

factível, o PGA convoca o leitor/ouvinte a acessar o conhecimento quer do cotexto anterior, produzindo mudança de referente, quer do seu conhecimento de mundo (como as noções de tempo, espaço, consequência, condição etc.), causando mudança de cenário (espaço-temporal), para acessar o referente ou para criar um novo contexto e formar um novo parágrafo.

Quanto à mudança de cenário e de parágrafo, o participípio é um recurso ideacional a fim de fazer o leitor/ouvinte a acessar seu conhecimento de mundo, em especial, de experiências básicas como tempo e espaço. O uso de expressões lexicais temporais ou espaciais é recurso de coesão lexical para orientar o leitor na construção da coerência. Em outras palavras, visto que o participípio tem função de plano de fundo para priorizar a oração principal, sua semântica de pressuposição abre espaço um conjunto de relações lógicas possíveis como tempo, espaço, condição etc (ALBUQUERQUE, 2020).

Porém, uma construção formada por participípio não precisa necessariamente de um item lexical para ajudar o leitor a fazer inferências de circunstâncias adverbiais, o que explica o efeito pragmático de PGA como tempo, lugar, condição, causa, consequência por causa da semântica como pressuposição factível convidando o leitor a fazer essas inferências lógicas como tempo, espaço, condição, causa, consequência etc. na relação entre PGA e a oração principal.

Em suma, a semântica do participípio como pressuposição factível, na estrutura morfossintática do PGA como pista gramatical, orienta o leitor a produzir inferências como mudança de referente, de cenário e de parágrafo criando assim coerência ideacional na mente do leitor. O conhecimento prévio do cotexto ou o do mundo é encapsulado pelo participípio fornecendo ao leitor pistas para essas inferências e construção do sentido do texto. O uso do PGA, considerando a pressuposição factível, é uma estratégia textual de convite ao leitor para construir a coerência ideacional tanto no nível do complexo oracional (i.e, entre as orações) quanto no nível do parágrafo. Portanto, desconsiderar a semântica do participípio e sua contribuição para a produção de inferências da parte do leitor na construção da coerência ideacional limita bastante a descrição do participípio genitivo absoluto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As gramáticas tradicionais acertam ao destacar que o participípio genitivo absoluto não tem como categoria semântica relações lógico-adverbiais de tempo, espaço, consequência, finalidade, causa etc. Porém, elas são limitadas na descrição desses usos

adverbias do PGA. Elas são limitadas também na descrição semântica do PGA resumindo-o a questões morfossintáticas.

Por outro lado, uma abordagem textual dá mais clareza à compreensão do PGA ao indicar suas funções coesivas como anáfora, mudança de referente, de cenário e de parágrafo. Porém, a dificuldade está em considerar tais funções como predominantemente coesivas, limitando-se à superfície do texto. Todavia, o processo de construção do sentido não pode levar em conta apenas fatores linguísticos ou gramaticais. Processos cognitivos como a inferência são importantes para a construção do significado do texto, contribuindo para a coerência, de modo que o leitor é convocado a participar da interação pelas pistas textuais fornecidas com base no seu conhecimento do cotextual e/ou enciclopédico. E o PGA é um desses recursos textuais que convoca o leitor à participação das inferências quando da consideração da semântica do particípio como pressuposição factível.

Considerando o aporte da Linguística Sistêmico-Funcional com a categoria semântica de metafunção ideacional (a construção do significado na mente do ouvinte/leitor), foi apresentada uma proposta semântica do particípio como pressuposição factível (modulação) sendo distinguido do indicativo, o modo propriamente dito da asserção e da modalidade (imperativo, subjuntivo e optativo).

A partir deste aparato teórico-metodológico, buscou-se explicar que os usos adverbiais do PGA e suas funções coesivas se dão por processo de inferência por causa da semântica do particípio como pressuposição factível em construções do particípio acompanhado de um pronome ou substantivo, todos no caso genitivo. Em outros termos, PGA é uma estratégia textual na produção de inferências como anáfora, mudança de referente, de cenário e de parágrafo para a construção da coerência na mente do leitor.

Como metafunção ideacional no campo da modulação, o particípio não faz asserção da parte do enunciador, antes convoca o interlocutor à participação, o que explica a posição do PGA em vir antes, para orientar o leitor a fazer inferência entre os enunciados anteriores e posteriores, por esse motivo o PGA tem função de referente anafórico encapsulando informações de plano de fundo, que ajudam o leitor a acessar da sua memória a informação processada do cotexto anterior ou do seu conhecimento enciclopédico.

Em suma, a semântica modal do particípio como pressuposição factível (modulação), associada a elementos lexicais e dêiticos (morfossintaxe), assim como a posição do PGA antes da oração principal conduzem o leitor às inferências anafóricas,

adverbiais e às de mudança de cenário e de parágrafo para a construção da coerência na sua mente.

REFERÊNCIAS

HAELEY, A; HAELEY, P. **Greek circumstantial participants tracking participants with participants in the Greek New Testament**. v. 4. Occasional Papers in Translation and Text linguistics, 1990.

ALAND, B; ALAND, K. **Novum Testamentum Graece**. 27 ed. German Bible Society: Stuttgart, 2007.

BURTON, E. **Moods and tenses of the New Testament Greek**. 3 ed. Chicago, 1898.

DAVIS, W. **Beginner's Grammar of the Greek New Testament**. New York: Harper & Brothers, 1923.

DECKER, R. **Temporal deixis of the Greek verb in the gospel of mark with reference to verbal aspect**. New York: Peter Lang, 2001.

FUNK, R; BLASS, F; DEBRUNNER, A. **Greek Grammar of the New Testament and other Christian literature**. Chicago: University of Chicago, 1961.

THOMPSON, G. **Introducing Functional Grammar**. 3 ed. London: Routledge, 2014.

HALLIDAY, M; HASAN, R. **Cohesion in English**. New York: Longman, 1976.

LASOR, S. **Gramática sintática do grego do novo testamento**. 2 ed. São Paulo. Vida Nova, 1998.

LEVINSOHN, S. **Textual connections in Acts**. Atlanta: Society of biblical literature, 1987.

_____. **Discourse features of New Testament Greek: A coursebook on the structure information of New Testament Greek**. 2 ed. SIL, 2000.

MOULTON, J; TURNER, N. **A grammar of the New Testament Greek**. Vol III. T&T Clark, 1963.

PORTER, S. **Idioms of the Greek New Testament**. 2 ed. Trowbridge: Sheffield, 1994.

RUNGE, S. **Discourse Grammar of the Greek New Testament: A practical introduction for teaching and exegesis**. Massachusetts: Hendrickson, 2011.

ROBERTSON, A. **A grammar of the Greek New Testament on the light of historical research**. Nashville: Broadman, 1934.

SMYTH, H. **Greek Grammar for colleges**. England: Harvard University, 1956.

WALLACE, D. **Gramática Grega: uma sintaxe exegética do novo testamento**. São Paulo: Editora Batista Regular, 2009.

Recebido em: 01/03/2021

Aceito em: 20/03/2021

Publicado em: 30/03/2021